

7º Congresso da Contraf-CUT aprova planos de luta para o próximo período

Durante o terceiro e último dia do 7º Congresso da Contraf-CUT, que teve o tema: “Organizar, defender e avançar: o futuro é nosso!”, realizado neste domingo (29), os 196 delegados e 132 delegadas aprovaram um amplo Plano de Lutas para os próximos anos, com diretrizes voltadas à defesa do emprego bancário, à regulação do sistema financeiro, ao enfrentamento dos impactos das novas tecnologias no trabalho e ao fortalecimento da organização sindical.

O documento também estabelece propostas para a sociedade, reafirmando o compromisso da entidade com a defesa da democracia, das empresas públicas e de um modelo de desenvolvimento econômico com inclusão social.

“Definimos prioridades para a atuação sindical e social da categoria diante das transformações do setor financeiro e da digitalização crescente do trabalho bancário. Mas também estabelecemos pontos de atuação social e política diante de um cenário de extremismo e conservadorismo em um ano eleitoral, que pode levar ao poder um segmento favorável à retirada de direitos dos trabalhadores”, disse a presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira. “Não adianta ter uma campanha salarial vitoriosa se a extrema-direita vencer as eleições presidenciais e ampliar base no Congresso Nacional, que podem colocar a perder as nossas conquistas”, reforçou.

Veja as prioridades do Plano de Lutas aprovados no congresso

- Defesa do emprego, frente aos impactos das novas tecnologias;
- Defesa da CCT e organização do ramo financeiro;
- Intensificar a luta por saúde e condições de trabalho;
- Organização e formação sindical;
- Promoção da diversidade e construção da igualdade;
- Aprimoramento da comunicação com a base e a sociedade;
- Fortalecimento do “Basta! Não irão nos Calar!” e combate ao feminicídio;
- Defesa dos bancos públicos;
- Defesa da democracia e eleições;
- Redução das taxas de juros / revogação da falsa autonomia e fim da “porta giratória” no Banco Central;
- Infraestrutura tecnológica soberana;
- Sustentabilidade socioambiental;
- Defesa do SUS e da Educação Pública;
- Trabalho Decente;
- Segurança pública;
- Participação em conselhos;
- Trabalhar para que tenhamos um Congresso Nacional e Assembleias Legislativas que defendam os trabalhadores e não os super-ricos.